OS LIMITES DA PERMISSIVIDADE COM O EMPODERAMENTO DOS ESTUDANTES

ORLANI NATAL RIBEIRO

RESUMO
O empoderamento estudantil é amplamente reconhecido como estratégia para promover a autonomia, o engajamento e a formação crítica de aprendizes. No entanto, a permissividade sem delimitações claras, pode comprometer o processo educativo, gerando desequilíbrios na relação professor–aluno e prejuízos no desenvolvimento de competências socioemocionais. O objetivo deste trabalho é analisar a influência da educação permissiva na motivação dos alunos, identificando como a ausência de limites interfere no comportamento e desempenho escolar, além de sugerir estratégias para suavizar efeitos negativos. Ao final, espera-se oferecer recomendações tanto para pais quanto para educadores, com o intuito de promover práticas que favoreçam um ambiente de aprendizagem mais estruturado e motivador. Assim, será possível contribuir para a compreensão dos desafios e das soluções relacionadas à influência do estilo parental na motivação e no sucesso escolar dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE- Empoderamento estudantil; Permissividade; Autonomia; Relações educacionais.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa os limites da permissividade no contexto do empoderamento dos estudantes, à luz de teorias pedagógicas e estudos contemporâneos, discutindo implicações para a prática docente e propondo diretrizes de equilíbrio. A centralidade do estudante no processo educativo parte da concepção de que o jovem deve ser colocado no centro de todas as atividades e decisões relacionadas à educação.

A participação dos alunos dentro de uma gestão democrática reforça o sentimento de pertencimento e possibilita o desenvolvimento de habilidades de conviver com as diferenças. É um ponto indispensável para criar um ambiente educacional mais democrático, no qual o estudante tem voz ativa, e para além disso, tem sua voz valorizada, sendo possível contribuir com a melhoria contínua de sua escola.

O empoderamento estudantil pode variar significativamente de escola para escola, mesmo dentro da mesma rede de ensino, e pode faltar um modelo padronizado para sua aplicação. Além disso, há uma crítica recorrente sobre a falta de treinamento adequado para os professores lidarem com as novas metodologias e responsabilidades que o empoderamento estudantil pode exigir.

A implementação de programas de empoderamento estudantil pode levar a um aumento na carga de trabalho tanto para os alunos quanto para os professores. Isso pode gerar resistência e desmotivação, especialmente se não houver um planejamento adequado para distribuir as tarefas e responsabilidades de forma equilibrada.

O empoderamento estudantil deve estar ligado ao desenvolvimento de habilidades relevantes para a vida adulta, como pensamento crítico, autonomia, e capacidade de tomar decisões.

Estudos (Marzano & Marzano, 2003) indicam que ambientes com regras claras, combinadas com oportunidades de participação, favorecem tanto a autonomia quanto a convivência respeitosa.

A permissividade, no campo educacional, é entendida como a ausência ou fragilidade de normas e limites. Baumrind (1991) descreve o estilo permissivo como aquele em que há elevado afeto, mas baixa exigência. Essa abordagem, quando aplicada sem equilíbrio, pode reduzir a capacidade de autocontrole e de lidar com frustrações.

O empoderamento estudantil, apesar de seus benefícios, também enfrenta críticas e desafios. Algumas das principais críticas incluem a falta de padronização na aplicação do modelo de empoderamento, a ausência de formação adequada para professores, e a possível sobrecarga de atividades para os alunos. Além disso, há preocupações sobre a desigualdade de acesso e recursos entre diferentes escolas e redes de ensino, o que pode dificultar a implementação efetiva do

empoderamento estudantil.
O Ano Internacional da Juventude, declarado em 1985 pela ONU, marcou um ponto importante nesse desenvolvimento. Antecedendo este evento, em 1979, a ONU já havia reconhecido a importância de dedicar atenção à juventude, abordando temas como participação, desenvolvimento e paz. Souza (2009, p.3) descreve que: Sempre vagamente definida, a expressão protagonismo juvenil começou a circular no discurso especialmente das organizações do terceiro setor que trabalham com juventude pobre (e que compõem o chamado campo da educação não-formal, para certos autores não convencional ou, simplesmente, não-escolar), em meados da década de 1990. Assim, na década de 1990 começaram os primeiros discursos sobre protagonismo juvenil, ainda no âmbito da educação não-formal, atrelada a uma perspectiva de participação social.
A BNCC defende que o aluno se torne o principal responsável por sua preparação pessoal e profissional de acordo com suas próprias expectativas. Essa perspectiva que articula protagonismo juvenil e projeto de vida tem sofrido muitas críticas, posto que, acaba responsabilizando por completo o estudante por possíveis sucessos e fracassos, sem que sejam considerados aspectos estruturais. Além disso, como pondera Catini (2020, p.58), coloca o docente no papel de coach, com a tarefa de desenvolver uma "missão motivacional para amoldamento a atributos genéricos e formas de reação às instabilidades previstas pelos mercados e investimentos."
O empoderamento estudantil pode variar significativamente de escola para escola, mesmo dentro da mesma rede de ensino, e pode faltar um modelo padronizado para sua aplicação. Além disso, há uma crítica recorrente sobre a falta de treinamento adequado para os professores lidarem com as novas metodologias e responsabilidades que o empoderamento estudantil pode exigir.
A implementação de programas de empoderamento estudantil pode levar a um aumento na carga de trabalho tanto para os alunos quanto para os professores. Isso pode gerar resistência e desmotivação, especialmente se não houver um planejamento adequado para distribuir as tarefas e responsabilidades de forma equilibrada.
A falta de recursos e infraestrutura em algumas escolas, especialmente nas escolas públicas, pode dificultar a implementação efetiva do empoderamento estudantil. A desigualdade de acesso a materiais didáticos, tecnologia e apoio pedagógico pode criar um cenário de desigualdade entre alunos de diferentes escolas e redes de ensino. Alguns educadores podem resistir à ideia de empoderamento estudantil devido a receios sobre a perda de controle em sala de aula, ou por falta de familiaridade com as novas abordagens pedagógicas.
O impacto do empoderamento estudantil pode ser difícil de medir e avaliar, o que pode dificultar a justificação da implementação dessas iniciativas e a obtenção de apoio institucional.
Estudos (Marzano & Marzano, 2003) indicam que ambientes com regras claras, combinadas com oportunidades de participação, favorecem tanto a autonomia quanto a convivência respeitosa.
Segundo Paulo Freire (1996), o empoderamento ocorre quando o estudante é agente ativo do processo de aprendizagem, participando criticamente das decisões e construindo conhecimento de forma contextualizada. A teoria da autodeterminação (Deci & Ryan, 2000) complementa, afirmando que a autonomia deve ser sustentada por estrutura e apoio emocional.
Estudos (Marzano & Marzano, 2003) indicam que ambientes com regras claras, combinadas com oportunidades de participação, favorecem tanto a autonomia quanto a convivência respeitosa.

A LINHA TÊNUE ENTRE AUTONOMIA E INDISCIPLINA

Com os recursos tecnológicos à disposição, bem como as influências midiáticas, os estudantes vêm estabelecendo uma relação entre os professores e gestores que vai além da autonomia, não aceitando com facilidade a mediação ou direcionamento sugerido pelo seu superior.
O professor, ao atribuir o empoderamento, deve atentar-se ao grau de maturidade de cada estudante trazida da sua origem cultural ou familiar.

Empoderar não significa abdicar do papel docente como mediador. Quando o professor adota uma postura de completa permissividade, a gestão da sala de aula pode se tornar instável, prejudicando não apenas o rendimento acadêmico, mas também a saúde emocional dos estudantes.

A construção de regras de forma participativa, mas com limites claros, ajuda a internalizar valores como respeito e cooperação (Zeichner, 2010).

O professor, nesse contexto, atua como um líder democrático: não autoritário, mas firme na preservação de um ambiente seguro para aprendizagem. Com todo esse empoderamento juvenil, o ambiente escolar necessita se abrir para mudanças no processo de ensino aprendizagem e colocar o estudante como responsável pelo próprio desenvolvimento.

A valorização para as habilidades individuais, a participação ativa nos projetos escolares e a ampliação dos espaços pedagógicos são três de muitos os passos que precisam ser dados para integrar e engajar os estudantes dentro de um ambiente educacional, afinal, eles são o futuro da educação e despertar o senso de pertencimento dentro desse espaço educativo faz parte, também, do papel da escola.

Citado mais de 55 vezes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o termo protagonismo é visto em todas as frentes de atuação da educação, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, e por isso o assunto é sempre destaque em toda a rede municipal de ensino de Joinville por fazer de um documento que guia e orienta o ensino no Brasil.

Mas, vale destacar que colocar o aluno como destaque no ensino não significa invalidar todo o trabalho desenvolvido pelo professor à frente da sala de aula e em todo o processo educacional.

Nesta mudança de estrutura, o papel do professor está em ser facilitador, em que observa e coloca o estudante no centro de todo o projeto e de forma individualizada.

Na Zona Sul de Joinville, o projeto institucional da Escola Municipal Nelson de Miranda Coutinho está voltado totalmente para o aluno. “A minha pergunta é sempre a mesma: ‘vai ser bom para o aluno? Então, vai ser bom para todo mundo’. A escola é em função deles”, diz Marta Aparecida Bonard, diretora na unidade.

Também na mesma região, na Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, os alunos têm uma série de oportunidades no contraturno escolar com projetos que desenvolvem o protagonismo estudantil com oratória, senso colaborativo, trabalho em equipe, criatividade e em diversas outras frentes de trabalho.

Mas, na prática, como tornar o aluno protagonista?

Para tornar o aluno protagonista do seu próprio processo de aprendizagem, um grande salto no modelo convencional de educação é dado: ao lembrar do modelo padrão de sala de aula restrito ao copiar conteúdo do quadro e o professor ser o único detentor do conhecimento, este formato propõe trazer os estudantes para o centro do debate, dando voz e vez e estimulando o pensamento crítico.

O professor deve partir dos interesses dos alunos, realizando atividades diversificadas, investindo em tecnologias e promovendo atividades em grupo.

Na hora de planejar uma aula, por exemplo, o professor pode buscar recursos que prendam a atenção do aluno e não se limitar apenas ao modelo hierárquico de ensino e aprendizagem.

A ideia é despertar a confiança no estudante para espaços de debate em que a visão dele tem espaço para ser apresentada e discutida com respeito.

A nivelação no ensino de que o professor ensina, mas o aluno também tem o que acrescentar, só tem a somar na educação que se constrói como uma via de mão dupla. O professor, neste modelo, torna-se um grande guia que conduz e estimula a aprendizagem com uso de novas ferramentas e que contribuem para o conhecimento. O aluno no papel de protagonista desperta diversas habilidades, como autonomia, autoconfiança e a autoestima.

Nesta proposta, o aluno assume a liderança do seu crescimento e isso vai refletir na formação integral do cidadão mais preparado para lidar com os conflitos internos e até externos do dia a dia.

PROTAGONISMO E PERMISSIVIDADE

A educação permissiva, ou parentalidade permissiva, refere-se a práticas parentais indulgentes, com poucas exigências e limites, que desempenham papel crucial no desenvolvimento e comportamento das crianças, especialmente no contexto escolar. Esse estilo pode impactar negativamente a motivação para a aprendizagem, pois crianças tendem a ter dificuldades em lidar com frustrações, regras e rotinas. desenvolvimento emocional, comportamental e cognitivo das crianças.

No contexto educacional, essas práticas exercem influência direta sobre a motivação dos alunos para a aprendizagem e o desempenho escolar. Entre os estilos parentais identificados na literatura, destacam-se quatro principais: autoritário, autoritativo, permissivo e negligente.

Cada um desses estilos apresenta características específicas que afetam de diferentes maneiras o comportamento dos filhos e a forma como lidam com as exigências acadêmicas.

A educação permissiva é frequentemente definida como um estilo em que os pais evitam impor limites ou exigir disciplina, permitindo que os filhos ajam conforme suas vontades, mesmo que isso vá contra normas ou expectativas sociais e educacionais.

A falta de limites claros e consistentes pode resultar em crianças e adolescentes que apresentam dificuldades em desenvolver autocontrole, em lidar com a frustração e em se adaptar a situações que exigem esforço contínuo e persistência.

No contexto escolar, esses comportamentos podem se traduzir em desinteresse, baixa motivação para aprender e dificuldades em cumprir prazos e seguir orientações, o que compromete o desempenho acadêmico e o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida adulta.

Diversos estudos apontam que a motivação para a aprendizagem é um dos fatores chave que influenciam o sucesso escolar e a formação de hábitos de estudo. Ela pode ser definida como um conjunto de fatores internos e externos que impulsionam o aluno a se envolver em atividades acadêmicas, persistir diante de desafios e buscar constantemente melhorar seu desempenho.

A motivação intrínseca, que surge do próprio desejo de aprender e se desenvolver, é especialmente relevante, pois está associada a melhores resultados acadêmicos e maior satisfação com o processo educativo. No entanto, quando as crianças são educadas em ambientes onde as expectativas e os limites são pouco definidos, a capacidade de desenvolver essa motivação intrínseca pode ser prejudicada. Isso se dá porque a ausência de estrutura pode gerar insegurança e dificuldade em compreender o valor do esforço contínuo, uma vez que as crianças não são incentivadas a seguir normas e regras desde cedo.

A relação entre estilos parentais e o desenvolvimento de habilidades motivacionais no ambiente escolar tem sido amplamente discutida na literatura sobre psicologia da educação e desenvolvimento infantil. Autores como Diana Baumrind, uma das pioneiras no estudo dos estilos parentais, ressaltam que o equilíbrio entre afeto e controle é essencial para promover o desenvolvimento saudável dos filhos.

Pais permissivos, ao priorizarem o afeto e evitarem o estabelecimento de limites claros, podem inibir o desenvolvimento de competências necessárias para a vida escolar, como a capacidade de seguir instruções, a habilidade de adiar a gratificação imediata e a resiliência diante de dificuldades. Portanto, a influência da parentalidade permissiva no contexto educacional se torna um tema relevante para entender os desafios enfrentados por alunos que apresentam baixa motivação e dificuldades no aprendizado. Além disso, é importante considerar o papel da escola e dos professores na mediação dos efeitos negativos de um estilo parental permissivo.

Embora os pais desempenhem um papel crucial na formação dos filhos, o ambiente escolar também pode influenciar significativamente a motivação e o comportamento dos alunos.

Quando a escola adota práticas educativas que incentivam a autodisciplina, o estabelecimento de metas e a valorização do esforço, ela pode ajudar a compensar algumas das carências associadas à parentalidade permissiva. No entanto, para que essa compensação ocorra de maneira eficaz, é fundamental que haja um diálogo constante entre

a escola e a família, visando alinhar as expectativas e as práticas educativas.

O estilo de parentalidade permissiva ou educação permissiva, amplamente discutido na literatura psicológica e educacional, caracteriza-se por um padrão de comportamento parental em que os pais exercem pouca ou nenhuma autoridade sobre os filhos, evitando impor regras e limites. Essa abordagem pode ter implicações significativas no desenvolvimento socioemocional e motivacional das crianças, especialmente em relação ao contexto escolar.

No Brasil, a parentalidade permissiva tem sido associada a desafios no desenvolvimento de habilidades de autorregulação, responsabilidade e resiliência, que são essenciais para a aprendizagem escolar.

Segundo estudos de Colares e Freire (2016), a parentalidade permissiva pode ser observada em diferentes contextos culturais, com implicações específicas para o desenvolvimento das crianças no Brasil.

Os autores argumentam que esse estilo de parentalidade contribui para a formação de comportamentos que priorizam a satisfação imediata dos desejos e a resistência a qualquer forma de autoridade.

Na prática educacional, isso se traduz em alunos que apresentam dificuldades em seguir regras, cumprir prazos e manter-se motivados para atividades que exigem esforço prolongado. A falta de disciplina e a tendência à procrastinação, frequentemente observadas em crianças educadas em ambientes permissivos, são sintomas de uma ausência de controle e de expectativas consistentes que guiem o comportamento das crianças para objetivos claros. Freiman (2024) ressalta que vivemos hoje um “decréscimo de leitura e de educação”.

As informações passadas pela mídia estão intoxicando a mente dos indivíduos, na maioria das vezes com notícias ruins e exibição de vida perfeita,

A literatura indica que o desenvolvimento socioemocional é essencial para o sucesso escolar e que estilos parentais influenciam diretamente a formação dessas competências.

Estudos como os de Gomes (2018) mostram que crianças que crescem em ambientes permissivos tendem a ter dificuldades para lidar com a frustração, o que afeta negativamente sua capacidade de enfrentar desafios acadêmicos. A ausência de disciplina na vida familiar reflete na escola, onde os alunos podem demonstrar pouca motivação intrínseca para aprender, uma vez que não estão habituados a seguir rotinas ou a adiar gratificações imediatas em prol de objetivos de longo prazo. Essa falta de controle interno é frequentemente associada a baixos níveis de engajamento acadêmico e a um desempenho escolar abaixo do esperado. Esse baixo nível de engajamento nos estudos pode ser um reflexo de imaturidade, ao mesmo tempo em que pode ser visto como falta de motivação, em especial para realizar as avaliações, que já não possuem mais o objetivo de apontar erros, mas sim, dar um retorno ao aluno e motivá-lo para continuar estudando, esse é o papel da avaliação. No entanto, com o baixo nível de engajamento por parte dos estudantes, fica difícil avaliar o que de fato aprenderam. Além disso, ainda é comum alguns alunos receberem recompensas pelas notas boas, e assim, tornam condicionados aos estímulos externos, ou seja, estudam para a prova, não para aprender, visto que o estudo não foi uma escolha, foi uma negociação.

Pais permissivos, na tentativa de preencher as lacunas deixadas pela ausência, muitas vezes acabam dando o que os filhos pedem, evitam restrições, mesmo quando os filhos cometem erros ou se comportam de maneira inadequada. Eles preferem ser mais amigos do que figuras de autoridade, muitas vezes permitindo que os filhos tomem suas próprias decisões, mesmo quando isso pode não ser apropriado para a idade ou a situação. Na educação permissiva os pais preenchem a lacuna com a permissão, isto é, acabam cedendo, passando assim o poder para os filhos, tudo isso para evitar confronto e conflito.

Na verdade, essa recompensa não deveria ser em coisas, mas sim, em elogios, incentivos pelos bons resultados que o estudante conseguiu por mérito próprio, uma aprendizagem construída pelo protagonismo do aluno, essa merece o reconhecimento, e com certeza terá um reflexo positivo nos futuros profissionais que vão estar no mercado de trabalho. Afinal, como muito bem

destacado por Herculano-Houzel (2023), “o talento se faz com a prática, quanto mais se treina, mais se aprende”. Sendo assim, um elogio e um incentivo são uma forma de recompensa gratificante, é fazer o estudante acreditar no seu potencial, uma vez que, o estudo da neurociência considera o conhecimento das funções cerebrais a peça-chave para o estímulo do desenvolvimento saudável. Aí entra o sistema de recompensa que, segundo HerculanoHouzel (2023), é ajustado para mostrar que o esforço vale a pena, e ao perceber isso, o estudante percebe que tem condições de aprender. aprender por opção, não por ter sido comprado com um objeto ou uma viagem. Fraiman (2024), em live no Instagram, destacou que os pais estão deixando os filhos escolherem o que querem fazer, quando querem, como querem fazer, assim, criam filhos que não obedecem, logo, não vão respeitar os professores.

Esse é um grande problema que se enfrenta hoje na escola. Muitos pais não dizem "não" aos filhos, logo estão sendo permissivos e, ao agir assim, a criança e ao adolescente não criam repertório comportamental. Portanto, ao se depararem com um limite ou regra, não sabem ao certo como agir.

Jovens que não sabem lidar com seus sentimentos e com suas frustrações terão consequências no futuro, isso é fato. São imediatistas, querem tudo pronto em frações de minutos, isso porque, com o advento dos recursos tecnológicos, basta um clique ou comando de voz e a Inteligência Artificial dá a resposta pronta.

Freiman (2024) destaca ainda que o filho precisa aprender a resolver as próprias coisas, se sujar, se limpar, se desorganizar, organizar de novo. Só assim ele cresce e aprende a se virar na vida e terá motivação para aprender.

A motivação para a aprendizagem é um aspecto complexo que envolve fatores internos e externos. Conforme Sisto e Rueda (2020), a motivação intrínseca é vital para que o aluno se engaje de forma autônoma nas atividades escolares, mas pode ser prejudicada pela parentalidade permissiva. Esse estilo parental, ao privar a criança de uma estrutura consistente, impede o desenvolvimento de habilidades de autorregulação e resiliência.

Em ambientes onde há indulgência e ausência de consequências claras para comportamentos inadequados, os alunos podem ter dificuldade em perceber a importância do esforço contínuo para alcançar o sucesso escolar. Além disso, a tendência à procrastinação e à falta de comprometimento com os estudos é exacerbada pela falta de expectativas claras por parte dos pais.

IMPACTOS DA PARENTALIDADE PERMISSIVA NO COMPORTAMENTO E DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS

O comportamento e o desempenho escolar dos alunos são influenciados por uma variedade de fatores, incluindo as práticas parentais adotadas no ambiente familiar. A parentalidade permissiva, caracterizada por alta responsividade emocional e baixa exigência ou controle, tende a gerar implicações significativas para o desenvolvimento das crianças, especialmente no contexto escolar. Esse estilo parental é definido pela ausência de regras e limites claros, onde os pais são extremamente indulgentes e evitam confrontar os filhos.

A literatura educacional e psicológica brasileira tem investigado os efeitos desse estilo na formação de comportamentos inadequados e no baixo desempenho escolar dos alunos. De acordo com Martins (2018), a parentalidade permissiva tende a resultar em crianças com pouca disciplina e baixa capacidade de seguir normas e orientações. Essas crianças, ao crescerem sem uma estrutura consistente de regras e sem consequências para comportamentos inadequados, apresentam maior dificuldade para lidar com a frustração e para manter-se motivadas diante de tarefas que exigem esforço.

No ambiente escolar, isso se traduz em comportamentos desafiadores, como a resistência à autoridade dos professores, a interrupção constante das aulas e a dificuldade de concentração.

A ausência de práticas parentais que valorizem a disciplina e a responsabilidade impede que os alunos desenvolvam habilidades essenciais para o contexto educacional, como a capacidade de adiar gratificações imediatas e a perseverança diante de obstáculos.

Estudos de Souza e Silva (2019) mostram que

a parentalidade permissiva também está associada a baixos níveis de desempenho acadêmico. Quando os alunos são educados em ambientes familiares onde as expectativas acadêmicas não são claramente estabelecidas, eles tendem a ver a escola como uma obrigação sem importância ou valor.

O apoio parental é um dos fatores que mais influenciem a motivação dos alunos para o aprendizado; no entanto, quando os pais adotam uma postura permissiva, a falta de incentivo e acompanhamento nas atividades escolares resulta em baixo desempenho e em uma atitude de indiferença em relação aos estudos. Dessa forma, a parentalidade permissiva impacta negativamente tanto o comportamento quanto os resultados escolares dos alunos, contribuindo para um ciclo de fracasso escolar.

O papel da escola, nesse contexto, é de fundamental importância para mitigar os efeitos negativos da parentalidade permissiva.

Conforme argumenta Carvalho (2020), os professores podem desempenhar um papel compensatório, estabelecendo limites claros e consistentes na sala de aula, além de utilizar estratégias pedagógicas que promovam a autodisciplina e a resiliência. No entanto, para que essas intervenções sejam eficazes, é crucial que a escola adote uma abordagem colaborativa com as famílias, promovendo uma comunicação aberta e constante com os pais, com o objetivo de orientá-los sobre a importância de práticas parentais que apoiem o desenvolvimento escolar dos filhos.

A participação ativa dos pais na vida acadêmica das crianças pode ajudar a reverter os efeitos prejudiciais do estilo permissivo, desde que sejam estabelecidas expectativas mais claras e consistentes em relação ao comportamento e ao desempenho escolar.

A pesquisa de Lima e Araújo (2017) destaca que a parentalidade permissiva não só afeta o comportamento dos alunos, mas também influencia negativamente suas habilidades socioemocionais, como o desenvolvimento da empatia, do autocontrole e da capacidade de resolver problemas. Crianças criadas em lares onde a permissividade é predominante frequentemente têm dificuldade em lidar com a rejeição social e os conflitos interpessoais, o que pode agravar os problemas comportamentais na escola.

A falta de habilidades socioemocionais adequadas contribui para a desmotivação e para atitudes de evasão escolar, uma vez que os alunos não desenvolvem a resiliência necessária para enfrentar os desafios cotidianos. No entanto, conforme enfatiza Oliveira (2019), é possível adotar medidas para minimizar os efeitos negativos da parentalidade permissiva.

Programas de intervenção que promovem o desenvolvimento de competências socioemocionais na escola têm se mostrado eficazes em ajudar os alunos a superarem dificuldades relacionadas à falta de disciplina e à baixa autorregulação. Além disso, o envolvimento parental, mesmo em famílias onde o estilo permissivo é predominante, pode ser incentivado por meio de orientações e programas educativos voltados para a formação de práticas parentais mais equilibradas

Pais que são orientados sobre a importância de estabelecer limites e de promover a autonomia com responsabilidade tendem a adotar posturas mais assertivas, o que beneficia o desenvolvimento escolar dos filhos. Assim, a parentalidade permissiva, embora caracterizada por uma alta dose de afeto, apresenta desafios significativos para o comportamento e o desempenho escolar dos alunos.

A ausência de limites e de exigências pode levar a dificuldades no desenvolvimento de competências socioemocionais e acadêmicas, prejudicando o rendimento e a adaptação escolar.

A colaboração entre escola e família, com foco em práticas educativas que promovam o equilíbrio entre disciplina e afeto, é essencial para superar as limitações impostas por esse estilo parental e fomentar um ambiente educativo que favoreça o crescimento integral dos alunos. O baixo rendimento escolar pode representar um problema das profissões que esses estudantes vão exercer no futuro, uma vez que, essas crianças da educação permissiva de hoje, serão os responsáveis pelas profissões do futuro.

Como dar-se-á a medicina que forma preservadores da vida humana, professores que ensinarão os novos alunos, qual será a qualidade do ensino fruto dessa geração constituída sem limites, e isso também afetará os relacionamentos? Assim, deixamos alguns

questionamentos: Se todo mundo pode o que quiser, como haverá direção e destino? Qual será o destino dessa geração? Como ficará a construção do conhecimento de uma geração que quer tudo pronto, que pode pegar tudo pronto com a inteligência artificial?
A parentalidade permissiva é amplamente caracterizada pela ausência de imposição de limites.
Os pais demonstram uma alta responsividade emocional, mas pouca exigência ou controle sobre o comportamento dos filhos.
No ambiente escolar, esse estilo parental tem sido relacionado a problemas significativos de disciplina, interferindo diretamente no processo de ensino- aprendizagem.
As crianças educadas sob a parentalidade permissiva tendem a apresentar comportamentos desafiadores, como dificuldade em seguir regras, baixa tolerância à frustração e falta de respeito à autoridade. Este tópico explora como a parentalidade permissiva influencia os problemas de disciplina na escola e discute intervenções possíveis para lidar com os efeitos desse estilo parental. Santos (2016, p.31) sustenta que, Crianças que são criadas em ambientes onde não há regras claras ou consequências para comportamentos inadequados desenvolvem um senso de liberdade exagerado, que se manifesta em atitudes desrespeitosas e desobedientes na escola.
A falta de limites e de orientação adequada faz com que os alunos tenham dificuldade em compreender a necessidade de seguir normas e respeitar a autoridade dos professores. Esse comportamento não só prejudica o aluno que o manifesta, mas também afeta negativamente o ambiente escolar como um todo, gerando interrupções nas aulas e dificultando o processo de ensino para os demais colegas. Essa falta de limites é também abordada por Lopes (2021, p. 14), que “associa o conjunto de práticas educativas como recurso e procedimento para a busca do objetivo de educar os filhos”, no entanto, essas práticas educativas familiares estão sendo cada vez mais permissivas, dando muito poder aos filhos. Essa autora, ao se referir às práticas educativas estabelece um vínculo com a “disciplina relaxada, a negligência, a monitoria negativa, a punição inconsistente e o abuso físico e psicológico com comportamentos antissociais e para o desenvolvimento pró social das práticas de monitoria positiva e comportamento moral” (p. 14). Lopes (2021) destaca que na disciplina relaxada os pais estabelecem regras que eles mesmos descumprem, utilizando-se da ameaça como forma de controlar o comportamento da criança.
É nesse quesito que muitos pais falham porque diante de uma desobediência ou um comportamento inadequado, estabelecem punições severas que cumpridas, elas deseducam, e são entendidas como práticas educativas negativas. “A ameaça não é capaz de mudar um comportamento indesejável, ainda mais se os filhos já perceberam que, o que foi sinalizado como castigo não será cumprido” (Lopes, 2021, p. 14). Essas práticas educativas negativas refletem de forma negativa também na escola.
A pesquisa realizada por Almeida e Cruz (2018) destaca que, em escolas onde há uma alta prevalência de alunos vindos de famílias permissivas, os problemas de disciplina tendem a ser mais recorrentes e intensos. Esses alunos demonstram maior propensão a desafiar regras, questionar a autoridade dos professores e apresentar comportamentos de oposição. Tal comportamento pode ser compreendido como uma extensão do ambiente familiar para o ambiente escolar, onde a ausência de controle parental é substituída por uma tentativa dos alunos de "autogovernar" suas ações.
O desafio, então, para a escola, é encontrar estratégias para lidar com esses comportamentos sem comprometer o aprendizado e o bem-estar emocional dos alunos. Silva (2017) argumenta que a parentalidade permissiva afeta negativamente o desenvolvimento das habilidades socioemocionais das crianças, como o autocontrole e a empatia, que são essenciais para uma convivência harmoniosa na escola.
Crianças que não são acostumadas a lidar com regras e frustrações em casa têm maior dificuldade em desenvolver essas habilidades, o que contribui para uma tendência a comportamentos impulsivos e agressivos no ambiente escolar. Esses comportamentos podem resultar em conflitos com colegas e professores, aumentando o risco de exclusão social e de punições disciplinares mais

severas.
Crianças que não aprendem a lidar com as frustrações terão consequências futuras, tanto nos relacionamentos pessoais, como na vida profissional. De acordo com Kübler-Ross, (2008), a criança quando não aprende a lidar com frustrações em sua infância, tende a ter dificuldade para lidar com os problemas na vida adulta e com as perdas.
A autora destaca que os adolescentes não aprendem a lidar com as perdas, ou seja, com o luto (luto não é sobre a morte, é luto pela perda de um amigo que foi embora, por um professor que troca de turma, mudança de cidade, viver o luto pelo que não tem mais).
Bowbly (1990) corrobora com essa teoria do apego, pois, ele também fala das perdas e separação do que se teve e não se tem mais.
Intervenções educativas voltadas para a promoção do desenvolvimento socioemocional dos alunos têm se mostrado eficazes na redução de problemas de disciplina associados à parentalidade permissiva, mas, há também muitos casos em que os próprios pais precisam ser psicoeducados. pois, também não aprenderam com os seus pais, e tampouco, buscam esse conhecimento para poder evoluir como pais. Conforme destaca Araújo (2019), a implementação de programas que ensinam habilidades como resolução de conflitos, comunicação assertiva e gerenciamento de emoções pode ajudar a minimizar os impactos negativos desse estilo parental na escola. Esses programas promovem uma cultura de respeito e cooperação entre os alunos, incentivando-os a refletir sobre suas ações e a desenvolver uma postura mais responsável e autônoma.
A colaboração entre escola e família é fundamental para lidar com os efeitos da parentalidade permissiva.
Programas que incentivam a participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos, oferecendo orientação sobre práticas parentais mais equilibradas, são essenciais para estabelecer uma parceria educativa eficaz.
Como sugere Ferreira (2018), os pais precisam ser orientados a entender a importância de estabelecer limites e a participar de forma mais ativa no acompanhamento escolar, para que os comportamentos inadequados possam ser corrigidos tanto em casa quanto na escola. A comunicação contínua entre professores e pais, com foco em práticas educativas consistentes, contribui para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das crianças. Os efeitos da parentalidade permissiva na disciplina escolar são evidentes, mas podem ser mitigados por meio de estratégias educativas adequadas. Oliveira (2020) destaca que a formação continuada dos professores, com enfoque em gestão de sala de aula e intervenção comportamental, é crucial para que os educadores se sintam capacitados a lidar com comportamentos desafiadores de forma eficaz.
A adoção de uma abordagem que combine disciplina com apoio emocional pode proporcionar aos alunos as ferramentas necessárias para lidar com suas emoções e comportamentos, promovendo uma convivência mais harmoniosa e um ambiente propício ao aprendizado. Nesse sentido, uma grande contribuição é a aprovação da Lei nº 14.819/2024, a qual determina que o Poder Público assegure o atendimento psicológico e socioassistencial aos alunos da rede pública de educação básica, essa lei poderia ser estendida também aos professores que também estão necessitando muito. Destaca-se que a psicologia tem papel importante para a Educação por desenvolver ações que possibilitam a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem e a criação de intervenções que visam à superação de processos de exclusão, patologização e estigmatização social.
A inserção da/o psicóloga/o na escola deve ser vista como potencializadora de práticas includentes e de garantia dos direitos dos atores envolvidos. Sua atuação perpassa também os processos de formação de professores, momento em que podem ser abordados o desenvolvimento da subjetividade humana, as influências das relações sociais estabelecidas e suas inter-relações com o processo educacional (Zanelatto, 2024, p. 2).
Na visão de Zanelatto (2024), tanto alunos como professores necessitam desse apoio psicológico, pois, ambos sentem a influência da educação permissiva dos pais. A parentalidade permissiva impacta significativamente o comportamento disciplina escolar, aumentando a incidência de comportamentos desafiadores e dificuldades na intera-

ção social. No entanto, com a colaboração entre escola e família, e por meio de intervenções educativas que promovam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a formação continuada dos educadores, é possível minimizar esses efeitos e melhorar o ambiente escolar. A adoção de práticas que integrem a imposição de limites com o apoio emocional é essencial para promover um desenvolvimento mais equilibrado e uma experiência escolar mais positiva para todos os alunos.

CONCLUSÃO

Uma educação democrática deve ser pautada na efetiva delegação de atribuições responsáveis aos estudantes, dando-lhes o empoderamento e permitindo o seu desenvolvimento como cidadão.

O empoderamento dos estudantes é fundamental para uma educação democrática e formadora de cidadãos críticos. No entanto, sua efetividade depende de um equilíbrio: autonomia com estrutura, liberdade com responsabilidade, diálogo com regras claras. A permissividade extrema, longe de promover a emancipação, pode gerar insegurança, conflitos e queda no desempenho escolar.

As formações docentes devem incluir estratégias de gestão democrática da sala de aula, com foco na definição de limites construtivos e na promoção do protagonismo responsável.

REFERÊNCIAS

BAUMRIND, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. The Journal of Early Adolescence, 11(1), 56-95.

FREIRE, P. (1996). Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra.

MARZANO, R. J., & Marzano, J. S. (2003). The key to classroom management. Educational Leadership, 61(1), 6–13.

OLIVEIRA, M. Gestão de sala de aula: estratégias para lidar com comportamentos desafiadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

SANTOS, C. Parentalidade permissiva e suas consequências para o desenvolvimento infantil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.